

VOLUME 12 2022

ISSN: 2237-5864 ATRIBUIÇÃO CC BY

DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39489

SEÇÃO ESPECIAL: UNIVERSIDADE E INCLUSÃO

A democratização do ensino da Libras para estudantes da área da saúde: relato de experiência

Diego André Resende Assis¹, Bruna Stéfanie Pereira², Leonara Emanuelle Honório Silva³, Erika Fernanda Clark⁴, Sirley Alves da Silva Carvalho⁵

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo relatar a experiência obtida a partir da realização de uma oficina de ensino da Língua Brasileira de Sinais e descrever como esta possibilitou a educação acerca da comunidade surda e promoveu práticas que buscavam favorecer a inclusão e acessibilidade destes indivíduos. As aulas da oficina foram realizadas para alunos de diferentes cursos da área da saúde de uma universidade pública, e estavam relacionadas ao atendimento da saúde do indivíduo surdo. Vídeos educativos sobre o tema foram produzidos e divulgados nas mídias sociais da Universidade, visando maior disseminação das informações. Foi observado que muitas barreiras ainda precisam ser transpostas no que diz respeito à assistência à comunidade surda. Entretanto, atividades como essas podem facilitar a democratização de conhecimento sobre o assunto e promover a conscientização sobre a necessidade de comunicação através da língua de sinais para um atendimento qualificado e humanizado de sujeitos surdos.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; deficiência auditiva; ciências da Saúde; acessibilidade; educação superior.

Como citar este documento - ABNT

ASSIS Diego André Resende *et al.* A democratização do ensino da Libras para estudantes da área da saúde: relato de experiência. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e039489, p. 1-15, 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39489.

Recebido em: 12/05/2022 Aprovado em: 17/11/2022 Publicado em: 30/12/2022

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-6018-5065. E-mail: diegoandre15@hotmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-0686-1990. E-mail: brunastefanie16@hotmail.com

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: https://orcid.org/0000-0001-6056-827X. E-mail: leonaraemanuelle@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: https://orcid.org/0000-0003-3503-246X. E-mail: erika.clark333@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

ORCID ID: https://orcid.org/0000-0003-3705-9471. E-mail: salves.carvalho@gmail.com

La democratización de la enseñanza de Libras para estudiantes del área de salud: relato de experiencia

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo relatar una experiencia basada en la realización de un taller de enseñanza de la Lengua de Signos Brasileña y describir cómo posibilitó acercarse a la comunidad sorda y promover prácticas que buscan la inclusión y la accesibilidad de estas personas. Las clases del taller se realizaron para estudiantes de diferentes carreras del área de la salud de una universidad pública y que asisten la persona sorda. Se difundieron videos educativos sobre el tema en las redes sociales de la Universidad, para la mayor difusión de información. Se observó que todavía es necesario superar muchas barreras en términos de asistencia a la comunidad sorda. Sin embargo, actividades como estas pueden facilitar la democratización del conocimiento sobre el tema y promoción de la conciencia de la necesidad de la comunicación a través de la Lengua de Signos Brasileña para una atención calificada y humanizada a los sujetos sordos.

Palabras clave: Lengua de Signos Brasileña; deficiencia auditiva; ciencias de la salud; accesibilidad; educación superior.

The democratization of Libras teaching for students in health area: experience report

ABSTRACT

This article aims to report the experience obtained from the realization of a Brazilian Sign Language teaching workshop and to describe how it enabled education about the deaf community and promoted practices that sought to favor the inclusion and accessibility of these people. The workshop classes were held for students from different courses in health area of a public university and were related to the health care of the deaf people. Educational videos on the subject were produced and disseminated on the University social networks, aiming at a greater dissemination of information. It was observed that many barriers still need to be overcome in terms of assistance of the deaf community. However, activities such as these can facilitate the democratization of knowledge on the subject and promote awareness of the need for communication through the Brazilian Sign Language for a qualified and humanized service for deaf people.

Keywords: Brazilian Sign Language; hearing impairments; health science; accessibility; higher education.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei 10.436, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos das comunidades de pessoas surdas do Brasil, sendo essa uma forma de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Essa lei, oficializada em 24 de abril de 2002, assegura à comunidade surda o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial, salientando a importância da Libras para essa população. Todavia, para que a Lei 10.436 fosse regulamentada, a comunidade surda necessitou vencer barreiras significativas, dentre elas o pensamento intrínseco por parte dos ouvintes da sociedade de que a língua oral é superior à língua de sinais e as crenças infindáveis de que os surdos são menos capazes ou menos inteligentes (SILVA, 2015).

Após o século XVIII, visando a inclusão dos surdos na sociedade, alguns educadores começaram a defender o método oralista como abordagem mais adequada de ensino-aprendizado para indivíduos surdos (SILVA, 2015). Vale destacar que, em 1880, o Congresso de Milão definiu esse método como o mais adequado para o ensino nas escolas de surdos (STROBEL, 2009), proibindo oficialmente esse grupo de sinalizar (FERREIRA; NASCIMENTO; PITANGA, 2014).

O Oralismo consiste em estratégias que levam em consideração a linguística e a cultura oral dos ouvintes, de modo que o surdo pudesse aprender a falar e a escrever com a Língua Oral, e o ensino do método oralista era focado no treino de leitura labial para o desenvolvimento da linguagem oral por essa comunidade (ALMEIDA; SILVA; TEOTÔNIO, 2021). Com o objetivo de reconhecer a língua de sinais como a primeira língua dos surdos, uma abordagem alternativa surgiu alguns anos depois no Brasil: o Bilinguismo. O Bilinguismo expõe uma abordagem que lida com duas línguas de modalidades diferentes, unindo a Libras (língua espaço-visual) e a língua portuguesa (língua oral-auditiva) (VIEIRA; MOLINA, 2018). Os objetivos de ambas as metodologias de educação eram melhorar a qualidade de vida dessa população e facilitar a integração desses indivíduos no meio social, entretanto, o método oralista excluía o uso da língua de sinais (SILVA, 2015).

A chegada da língua de sinais no Brasil se deu no ano de 1857, quando o professor surdo francês, Ernest Huet, fundou a primeira escola especializada para surdos, hoje conhecida como Instituto Nacional de Surdos (INES). Devido a sua nacionalidade, Huet ensinava a língua francesa de sinais, o que ocasionou em uma forte influência desta na criação e desenvolvimento da Libras. Entretanto, Huet foi proibido de sinalizar após a decisão do Congresso de Milão, impedindo a continuação de seu trabalho como educador (FERREIRA; NASCIMENTO; PITANGA, 2014).

Apenas em 1981, após a criação do *Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência* pela Organização das Nações Unidas (ONU), a língua de sinais ganhou destaque novamente na aprendizagem dos surdos (SILVA, 2015). Esse acontecimento buscou desenvolver atividades que incluíssem a língua de sinais, além de divulgação e fortalecimento da visibilidade da cultura surda para possibilitar novas perspectivas que favorecessem a integração social e realização pessoal de forma plena de indivíduos surdos (BRASIL, 1981).

Assim, considerando a visibilidade que a língua de sinais ganhou após o estabelecimento do *Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência*, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em 1987, que propaga a Libras como um meio natural de comunicação das pessoas surdas e fomenta a inclusão dos profissionais surdos no mercado de trabalho (SILVA; CAMPOS, 2017).

Atualmente, existem algumas leis no Brasil que visam assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, almejando pela cidadania e pela inclusão social. No que diz respeito aos indivíduos com algum grau de surdez, o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 definiu como "língua" as línguas faladas e de sinais, assegurando aos surdos maior garantia oficial de sua comunicação. Decretou-se, ainda, que qualquer discriminação por motivo de deficiência que resultasse em exclusão, no impedimento do exercício ou do reconhecimento de direitos ou na redução das oportunidades em nível cultural, social, civil ou econômico, não seria tolerada. A busca, assim, seria sempre alcançar, em território nacional, o respeito pela dignidade inerente e pela autonomia individual, além da garantia à igualdade de oportunidades e à acessibilidade das pessoas com deficiência. Outrossim, o decreto determina como responsabilidade do Estado a promoção e a garantia do pleno exercício dos direitos humanos dos sujeitos com deficiência, permitindo a participação destes na vida pública.

Já a Lei 13.146, homologada em seis de julho de 2015, aborda, em seu capítulo relacionado ao direito à educação, a importância da ampliação da comunicação e a necessidade de oferta de educação bilíngue para sujeitos surdos nos sistemas de ensino inclusivos e bilíngues, considerando, nestes ambientes, a Libras como primeira língua e a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda. Além disso, decreta também a obrigatoriedade de formação e de disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras nas salas de aula, que possam dar apoio aos alunos que necessitam, aumentando a participação e autonomia destes. Essa lei garante ainda a atuação dos intérpretes e tradutores em cursos de graduação e pósgraduação, assegurando que os surdos tenham direito à formação em diferentes níveis e ambientes educacionais.

Outrossim, o Decreto nº 5.626 regulamenta a lei supracitada no que se refere à inclusão da Libras como disciplina curricular no ensino superior. De acordo com o Artigo 3º, a Libras é componente curricular obrigatório nos cursos de nível médio e superior em formação de

professores para exercício do magistério, incluindo todos os cursos de licenciatura e bacharelado em Fonoaudiologia. Ademais, a Libras deve constituir disciplina curricular optativa nos demais cursos de graduação.

Mesmo considerando todo contexto árduo que perpassa a história dos indivíduos surdos e a importância da língua de sinais para estes, a sociedade ainda aborda a língua oral como imperativa nos dias atuais, considerando qualquer outra forma de comunicação como inferior, reduzindo a importância da Libras e retirando os surdos não oralizados do processo de integração social (DIZEU; CAPORALI, 2005).

Diante disso, torna-se evidente que a propagação do uso da Língua Brasileira de Sinais é imprescindível para inserção do indivíduo surdo nos mais diversos âmbitos da sociedade. Ademais, o uso da Libras possui um papel expressivo na vida de pessoas com surdez, promovendo o desenvolvimento cognitivo, a construção de uma identidade surda (pelo contato com outros indivíduos surdos usuários de língua de sinais) e proporcionando a comunicação do surdo com a família, amigos e com a sociedade em geral (ALVES; FRASSETTO, 2015).

Nota-se, perante o exposto, a necessidade de propagar a Língua Brasileira de Sinais entre os profissionais da área da saúde, com o objetivo de garantir o direito do indivíduo surdo de ter acesso à saúde (SILVA, 2015). Diante disso, um projeto de extensão foi desenvolvido em uma universidade pública, contando com a participação de discentes de diferentes cursos de graduação. Dentre as ações deste projeto, foi realizada uma oficina de ensino em Libras, que visava possibilitar a educação acerca da comunidade surda e promover práticas que favorecessem a inclusão e a acessibilidade destes indivíduos.

Este artigo apresenta a experiência de alunos da área da saúde participantes destas oficinas de ensino em Libras e explora questões relacionadas às barreiras existentes para a inclusão dos surdos na sociedade. Além disso, o trabalho pretende demonstrar como práticas de ensino deste caráter, realizadas dentro das universidades, podem influenciar na formação de profissionais que buscam realizar atendimentos de saúde que sejam resolutivos, inclusivos e humanizados.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que apresenta o desenvolvimento das oficinas de ensino de Libras realizadas como parte das ações de um projeto de extensão universitária de uma instituição pública brasileira de ensino superior.

No primeiro momento foram definidos os tutores: os membros do projeto de extensão se reuniram no segundo semestre do ano de 2020 e os definiram como aqueles que possuíam

fluência em Libras. Esses tutores também tiveram importante papel de suporte nas aulas, potencializando assim o aprendizado dos participantes e coordenando alguns encontros com grupos menores de alunos para revisão e discussão de temas já estudados na oficina. Para a coordenação e ministração das aulas oferecidas quinzenalmente no projeto, foi convidada uma fonoaudióloga, tradutora e intérprete de Libras/Português, que era aluna do programa de mestrado da instituição. A preparação dos temas a serem desenvolvidos nas oficinas seguiu a proposta de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, com o objetivo de promover vivências de prática linguística. Os temas escolhidos para serem abordados durante as aulas foram: "Conceito de Libras", "Cultura surda e o sujeito surdo", "Parâmetros", "Alfabeto manual", "Verbos", "Advérbios de tempo", "Adjetivos", "Apresentação e saudações", "O calendário", "Família", "Alimentação e bebidas", "Profissões", "Meios de transporte", "Sentimentos", "Localidades", "Sexualidades", "Corpo humano", "Sintomas gerais", "Doenças comuns", "Vocabulário hospitalar" e "Atendimento ao surdo". Estes temas visavam aproximar o acadêmico da utilização da Libras no atendimento em saúde, associando seu uso a situações e cenários que necessitavam da sinalização de vocabulário coerente, sendo o objetivo final da oficina a capacitação dos acadêmicos para atender o paciente surdo nos ambulatórios dos cursos da saúde.

Na etapa seguinte foram planejadas as atividades do projeto, que seguiram a seguinte organização: em uma semana a intérprete responsável deveria ministrar uma aula para todos os participantes da oficina sobre um tema previamente estabelecido; na semana seguinte, divididos em grupos de quatro ou cinco, os discentes deveriam se reunir com os seus respectivos tutores para revisar o conteúdo visto na aula da semana anterior e treinar a conversação em Libras sobre assuntos relacionados a esse tema.

A divulgação da oficina foi realizada por meio das plataformas digitais mais utilizadas pelos discentes envolvidos no projeto em questão, destacando a importância do aprendizado da Libras para a realização de atendimentos em saúde e para o aumento da acessibilidade e da inclusão.

A seleção dos discentes que participaram das oficinas foi realizada por meio de um formulário eletrônico divulgado nas mídias sociais da Universidade. Os alunos da área da saúde interessados em desenvolver competências relacionadas ao uso da Libras e suas atribuições linguísticas puderam se inscrever no projeto informando dados pessoais e relacionados à sua vida acadêmica, como curso de origem, período e disponibilidade de horários. Devido à alta procura pela oficina e tendo em vista a necessidade de supervisão intensa na produção adequada de cada sinal para ocorrência de aprendizado e comunicação efetivos na Libras, fezse necessária a realização de um processo seletivo constituído de duas etapas para a escolha dos estudantes.

Na primeira fase da seleção, os discentes interessados deveriam enviar uma carta de intenção de no máximo uma lauda, destacando a sua motivação, valorização, comprometimento e interesse pelo assunto. A partir daí, foram selecionados cinquenta alunos para a segunda fase, que se baseou na construção de um texto de uma lauda que destacasse uma personalidade referência para a comunidade surda, com o objetivo de que os alunos pudessem conhecer melhor esse grupo social e sua cultura. A seleção dessa personalidade ficou a critério do aluno e os 27 alunos com a melhor pontuação foram selecionados para a participação nas oficinas de Libras.

As oficinas foram realizadas semanalmente na modalidade remota e síncrona, por meio da plataforma Google Meet, contendo atividades práticas e interações durante toda a exposição. As aulas contaram com a participação dos discentes de graduação selecionados, além dos cinco tutores e da intérprete. No total, foram realizadas oito aulas com a intérprete responsável, com duração média de duas horas e trinta minutos cada, além de nove encontros com os respectivos tutores, com duração média de uma hora cada. A oficina teve quatro meses de duração no total.

Duas aulas no decorrer da oficina contaram com a participação de um indivíduo surdo fluente na Língua Brasileira de Sinais, em que foram realizadas simulações de atendimentos em saúde com este surdo, que interpretou situações diversas, incluindo condições crônicas e agudas, como dores, acidentes, uso indevido de medicamentos ou sofrimento por ter um familiar em condição vulnerável de saúde.

Por terem sido possibilitados à inserção dentro da cultura e da comunidade surda, ao final da oficina foi proposto aos discentes a elaboração de vídeos educativos para divulgação em redes sociais, com o intuito de democratizar informações relacionadas à Libras.

RESULTADOS

Foram selecionados 27 alunos dos cursos de graduação de Fonoaudiologia (N=3), Medicina (N=23) e Nutrição (N=1). As aulas de ensino em Libras ocorreram entre janeiro e maio de 2021.

O contato com o indivíduo surdo fluente em Libras proporcionou aos alunos o maior contato com a língua, uma vez que a Libras caracterizou-se como o único meio de comunicação entre o convidado e os alunos da oficina. Além disso, as simulações de atendimentos em saúde fizeram com que os participantes pudessem vivenciar a dificuldade em comunicar-se com indivíduos não oralizados e conscientizar-se sobre a importância em saber a língua de sinais para uma boa comunicação, necessária para que o profissional de saúde seja capaz de compreender as queixas do paciente, solucionar as suas necessidades em saúde e oferecer um atendimento integral e resolutivo.

Os vídeos produzidos pelos discentes tiveram como público-alvo estudantes e profissionais da área da saúde e seguiram as temáticas estudadas em aulas. Eles visavam a conscientização acerca da cultura surda, da língua de sinais e dos tipos de perda auditiva, assim como a promoção de inclusão e acessibilidade de indivíduos surdos a partir de conteúdos produzidos dentro da Universidade, de forma a destacar a necessidade de domínio da Libras para promover o bom atendimento da comunidade surda na área da saúde.

No total, foram produzidos dez vídeos educativos. Todos caracterizaram-se como dinâmicos e interativos e contaram com a participação dos alunos envolvidos na oficina. A produção desses vídeos foi supervisionada pela intérprete e pelos tutores responsáveis, de modo a oferecer um conteúdo de qualidade e atingir o público-alvo da Universidade, além de outros profissionais formados.

Três vídeos possuíam curta duração (menor que trinta segundos) e visavam a conscientização e conhecimento da cultura surda de forma dinâmica, sendo nomeados "Mitos e verdades sobre a Libras" e "Desmistificando a Língua Brasileira de Sinais" (partes um e dois).

O vídeo "Mitos e verdades sobre a Libras" abordou nomenclaturas e fatos importantes sobre a língua de sinais e sobre surdez. Neste vídeo, foram citadas as terminologias adequadas para o tema: "Libras", quando se diz respeito à língua, e "surdos", quando refere-se aos indivíduos com perda auditiva, ressaltando ainda que a Língua Brasileira de Sinais trata-se de uma língua (não de uma linguagem). Além disso, o vídeo buscou disseminar as seguintes informações: 1) cada país tem sua língua de sinais; 2) a língua de sinais é capaz de expressar ideias complexas e existem diferentes tipos de surdez.

Já no vídeo nomeado "Desmistificando a Língua Brasileira de Sinais – parte 1", foi explicado que a língua de sinais é a língua natural dos surdos e que o uso desta língua não dificulta a oralização. Ademais, salientou-se que a Libras não é inferior à língua portuguesa e que nem todo surdo opta por ser oralizado, portanto, é preciso respeitar. Já o vídeo "Desmistificando a Língua Brasileira de Sinais – parte 2" compartilhou as informações subsequentes: muitos surdos não fazem leitura labial; não são todos os surdos que sabem a língua portuguesa, portanto, escrever não é suficiente; muitos surdos não se sentem à vontade com intérpretes para discutir assuntos íntimos com profissionais da área da saúde e é necessário saber Libras para promover a inclusão da comunidade surda.

Posteriormente, foram divulgados vídeos com duração entre um e três minutos cada, relacionados aos tipos de surdez e simulações de atendimentos com indivíduos surdos, contando com aspectos da anamnese, além de elementos de identificação, história social e familiar, termos da área da saúde, medicamentos, exames e especialidades de cada área médica. Os Gráficos 1 e 2 descrevem os resultados obtidos cinco meses após a finalização das postagens dos vídeos nas mídias sociais da instituição para levantamento acerca do número

de visualizações de cada um dos vídeos e quantidade de pessoas que tiveram acesso ao conteúdo (alcance):

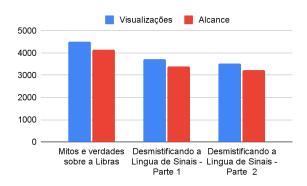


Gráfico 1 – Número de visualizações na plataforma digital Instagram cinco meses após a divulgação de vídeos curtos e de caráter educativo relacionados à Libras.

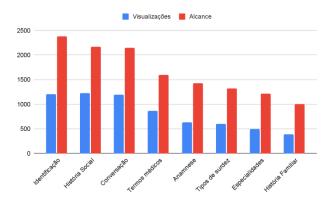


Gráfico 2 – Número de visualizações na plataforma digital Instagram cinco meses após a divulgação de vídeos em Libras relacionados a assuntos gerais presentes em atendimentos na área da saúde.

Os resultados obtidos cinco meses depois da divulgação nas mídias digitais do último vídeo educativo produzido pelos discentes participantes das oficinas demonstram que, no total, estes foram vistos cerca de 18.310 vezes e que estas informações alcançaram aproximadamente 24.033 pessoas, o que pode ser considerado um resultado expressivo no que diz respeito à disseminação de informações inclusivas relacionadas à surdez e à Libras.

DISCUSSÃO

Sabe-se que a Libras é a principal forma de comunicação da comunidade surda brasileira e, por isso, o conhecimento e domínio desta língua pela população possibilita a inclusão social e a acessibilidade do indivíduo surdo na sociedade. Da mesma forma, o conhecimento da Libras por profissionais de saúde viabiliza a comunicação profissional-paciente e assegura um atendimento em saúde adequado às pessoas surdas (LOPES *et al.*, 2021).

O Capítulo II, denominado "Da Igualdade e Não Discriminação", da Lei nº 13.146, garante em seu Art. 8º que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à acessibilidade, à informação, à comunicação, à dignidade e ao respeito, entre outros. Entretanto, a determinação não está em consonância com o cenário de saúde pública brasileiro atual, no que tange às necessidades dos surdos (GOMES *et al.*, 2017). Segundo Lopes *et al.* (2021), cerca de 99% dos médicos não se comunicam em Libras, o que acarreta em prejuízos no acesso à saúde pelos surdos e aumenta os riscos da ocorrência de diagnósticos equivocados, insatisfação do paciente, constrangimentos, falta de adesão ao tratamento, não compreensão da intervenção médica por parte do paciente ou das queixas do surdo pelo profissional da saúde, entre outros.

Apesar de envolver questões como confidencialidade, sigilo e necessidade de conhecimento de termos técnicos específicos das especialidades da área da saúde, a presença de um intérprete nos atendimentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderia minimizar tais dificuldades na comunicação, mas isso ainda é um cenário distante do que realmente acontece no Brasil (GOMES *et al.*, 2017). Entretanto, deve-se mencionar que, com a presença de intérpretes, muitos surdos não se sentem à vontade para discutir assuntos íntimos com os profissionais da área da saúde (NASCIMENTO; FORTES; KESSLER, 2015; GOMES *et al.*, 2017), o que pode ocasionar em um bloqueio durante os atendimentos e fazer com que o serviço prestado não seja resolutivo. Diante deste contexto, o fato de os profissionais saberem Libras representa a estratégia mais assertiva para o atendimento, favorecendo a promoção da inclusão da comunidade surda nesses ambientes (MACIEL; BORGES, 2019).

Uma vez que a comunicação entre o profissional e o surdo não se dá de maneira eficiente, torna-se impraticável o cumprimento dos três pilares do Sistema Único de Saúde: universalidade, equidade e integralidade (LOPES et al., 2021). Isso ocorre porque, de acordo com o princípio da universalidade, todos têm direito à saúde, independentemente de gênero, idade, etnia, presença ou ausência de deficiência, etc. Levando em conta que o atendimento do indivíduo surdo não se dá, em muitas das vezes, de maneira qualificada e eficiente, o direito de universalidade está sendo violado (LOPES et al., 2021).

Ademais, a inexistência da qualificação básica em Libras, uma língua brasileira legalmente reconhecida como meio de comunicação e expressão, por profissionais de saúde, faz com que a diferença entre surdos e ouvintes não seja considerada, descumprindo o princípio da equidade (LOPES et al., 2021).

Por fim, de acordo com o pilar da integralidade, deve-se conhecer seu paciente de forma holística, contemplando seu bem-estar físico e social e seu contexto sociocultural, o que não ocorre quando o profissional não consegue se comunicar de forma efetiva com o sujeito surdo (LOPES *et al.*, 2021).

Pensando nisso, as atividades de ensino promovidas pela Oficina de Libras que são enfoque deste estudo demonstraram um papel importante na disseminação da informação em relação às deficiências auditivas e da importância da Língua Brasileira de Sinais, assim como na acessibilidade e inclusão do indivíduo surdo com o ensinamento de sinais tanto para a comunicação básica quanto aqueles relacionados aos termos técnicos utilizados no atendimento à saúde. Isso se deu por meio das aulas ministradas para um grupo seleto de alunos e, em maior dimensão, na divulgação de vídeos por meio de redes sociais visando alcançar os alunos da Universidade e outros profissionais já graduados. Ao permitir que o conteúdo torne-se mais popular entre os acadêmicos e seja acessível a todos de forma gratuita, falamos em democratização do ensino como uma forma de minimizar as barreiras e preconceitos acerca da Libras e despertar o interesse da sociedade sobre o assunto.

Os temas mais básicos abordados, como "O que é Libras", "Cultura surda e sujeito surdo", "Alfabeto manual" (datilologia), "Apresentação e saudação", entre outros, foram escolhidos pois, para abordar vocabulários mais aprofundados em relação aos atendimentos em saúde, é necessário, primeiramente, promover o conhecimento acerca do sujeito surdo e sua cultura, além de praticar formas de iniciar e manter uma interação na língua de sinais.

Posteriormente, temas como "Doenças comuns", "Vocabulário hospitalar e atendimento ao surdo", "Sintomas gerais" e "Corpo humano" foram ministrados, a fim de capacitar os acadêmicos a realizar um atendimento em saúde de forma direta, sem comunicação intermediada integralmente por intérprete, considerando as limitações citadas anteriormente.

Por fim, os temas de "Sentimentos", "Sexualidade", "Família", e "Meios de Transporte" foram incluídos com o objetivo de promover um atendimento em saúde integral, capaz de compreender diferentes aspectos biopsicossociais da vida do paciente.

Para mais, os números expressivos obtidos a partir da divulgação dos vídeos contendo materiais educativos em mídias digitais (18.310 visualizações e 24.033 pessoas alcançadas) demonstraram que este meio pode ser considerado um importante aliado no processo de ensino e na democratização de informações ao restante da população (FERREIRA *et al.*, 2021). Os materiais de mídias digitais permitem que o conhecimento chegue a uma maior parcela da sociedade, transpondo barreiras importantes relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas surdas em diferentes ambientes e favorecendo a mudança de hábitos por parte dos profissionais em suas atividades clínicas.

A promoção destas atividades de ensino e o conhecimento adquirido a respeito da comunidade surda puderam levantar discussões importantes entre os participantes, relacionadas a mitos que envolvem o uso e aprendizado da Libras por profissionais da área da saúde. Na prática clínica, a literatura revela que estes trabalhadores percebem que a língua

oral não é suficiente para estabelecer o vínculo entre profissional-paciente, considerando o fato de que muitos indivíduos surdos não fazem leitura labial ou não sabem a língua portuguesa (CHAVEIRO et al., 2010), de modo que muitas vezes a escrita tampouco é suficiente para a comunicação entre os envolvidos. Além disso, o uso de gestos não permite a expressão de intensidade e entonação das frases, nem segue critérios linguísticos préestabelecidos (CHAVEIRO et al., 2010), impossibilitando a totalidade da troca de informações entre o profissional e o surdo. A comunidade como um todo, incluindo os profissionais de saúde, deve entender que a língua de sinais é capaz de expressar ideias complexas e que o seu uso não dificulta a oralização do surdo (MACIEL; BORGES, 2019). Os profissionais devem, ainda, distinguir que nem todo surdo opta por ser oralizado, sendo importante respeitar as vontades e desejos de cada indivíduo.

A presença dessas práticas de ensino dentro da universidade permite que os futuros profissionais tenham um senso crítico para respeitar e entender a realidade do sujeito surdo, resultando em atendimentos mais inclusivos, acessíveis e humanizados, e que sejam capazes de solucionar as necessidades em saúde de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pela Oficina de Libras na universidade pública em questão contribuíram positivamente para a democratização da informação e do ensino em relação à surdez e à Língua Brasileira de Sinais, além de proporcionar a minimização de estigmas, garantindo-se como um primeiro passo a sensibilização de profissionais de saúde quanto à importância em conhecê-la para que, ao receber pacientes surdos em seus atendimentos, sejam capazes de oferecer uma assistência mais humanizada e acolhedora.

A realização das aulas da oficina contribuiu para que os discentes se sentissem mais preparados para o atendimento em saúde da pessoa surda, uma vez que relataram dominar os termos mais importantes em língua de sinais, além de compreenderem a importância da inclusão para a realização de assistências resolutivas, o que desperta o interesse para maiores aproximações com a comunidade surda e, consequentemente, garante fluência na língua por um período prolongado.

Entretanto, foi observado que muitas barreiras ainda precisam ser transpostas no que diz respeito à assistência da comunidade surda. Por isso, atividades como essas devem ser difundidas e promovidas de forma crescente em outros ambientes, a fim de alcançar um maior número de profissionais e promover a conscientização acerca da necessidade da comunicação em Libras para um atendimento qualificado e humanizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Brito de; SILVA, Elenira Pereira da; TEOTÔNIO, Leoric Fernandes. As Abordagens Educacionais: Consequências da Metodologia Fônica na Educação de Surdos. *Id on Line: Revista Multidisciplinar de Psicologia*, v. 15, n. 57, p. 203-214, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/idonline.v15i57.3190. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3190/5020. Acesso em: 27 out. 2022.

ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETTO, Silvana Soriano. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. *Aletheia*, Canoas, v. 46, p. 211-221, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1150/115048330017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional, Relatório de Atividades. *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*. Urca, Rio de Janeiro: Imprenta, 1981. Disponível em: https://docplayer.com.br/16960000-Comissao-nacional-relatorio-de-atividades-brasil.html. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Seção 1. p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 abr. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil,* Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1. p. 23. da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 16 mar. 2022.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; MUNARI, Denise Bouttelet; MEDEIROS, Marcelo; DUARTE, Soraya Bianca Reis. *Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional de saúde. Revista Cogitare Enfermagem*, Goiânia-GO, v. 39, ed. 4, p. 639-645, out/dez 2010. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/20359/13520. Acesso em: 15 mar. 2022.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?lang=pt. Acesso em: 18 mar. 2022.

FERREIRA, Pedro Henrique Gonçalves; CALDAS, Pedro Vitor Nunes de Sá; PAULA, Mariana Oliveira De; ALVAREZ-LEITE, Maria Eugênia; LANA, Márcia Almeida. Educação em Saúde e *Elearning*: o uso da rede social aliada ao processo de ensino-aprendizagem da Biossegurança em Odontologia. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 138-150, 2021. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/25635. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, Wendel Menezes; NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do; PITANGA, Ângelo Francklin. Dez Anos da Lei da Libras: Um Conspecto dos Estudos Publicados nos Últimos 10 Anos nos Anais das Reuniões da Sociedade Brasileira de Química. *Química Nova na Escola,* São Paulo, v. 36, n. 3, p. 185-193, ago. 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.5935/0104-8899.2014002. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc36_3/05-EA-36-13.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

GOMES, Letícia Ferreira; MACHADO, Fernanda Cordeiro; LOPES, Mayara Melo; OLIVEIRA, Raiane Soares; MEDEIROS-HOLANDA, Bruno; SILVA, Luciana Bonifácio; BARLETTA, Janaína Bianca; KANDRATAVICIUS, Ludmyla. Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, DF, v. 41, n. 4, p. 551-556, out./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n3RB20160076. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rbem/a/xWSdRHms6gthB4YzWgpZfwt/?lang=pt#. Acesso em: 11 mar. 2022.

LOPES, Bianca Cardoso; SILVA, Milene Babeles Viana; HÓ, Flávia Galvão; RODRIGUES, Andressa Kênia de Almeida; RAMOS, Kaliani Ângelo; FIGUEIREDO, Adriana Maria de. O atendimento em Libras como garantia da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde: uma revisão narrativa. *Brazilian Medical Students Journal*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.53843/bms.v5i8.69. Disponível em: https://bms.ifmsabrazil.org/index.php/bms/article/view/69/54. Acesso em: 10 mar. 2022.

MACIEL, Laura Caroline; BORGES, Luhana Donara. Os desafios da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na área da saúde. [S. l.]: *REVISTA INSPIRAR gestão & desenvolvimento*, jan./jun. 2019. Disponível em: http://faculdadeinspirar.com.br/revistagd/wp-content/uploads/2019/08/af_laura_laurane.pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

NASCIMENTO, Gicélia Barreto; FORTES, Luciana de Oliveira; KESSLER, Themis Maria. Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda. *Santa Maria*, v. 41, n. 2, p. 241-250, jul./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n3RB20160076. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/15121/pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

SILVA, Edvaldo Feliciano da; CAMPOS, Marineide Furtado. O percurso dos surdos na história e a necessidade da LIBRAS para a inclusão dos sujeitos na escola. *In:* ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES (JOIN), 2017. Campina Grande. *Anais III JOIN/ Edição Brasil.* Açores, Portugal: Editora Realize, 12 out. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA14 4_ID1281_12092017192714.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, Felipe Gava. O direito de ouvir com os olhos. *In:* ENCONTRO TOLEDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (ETIC), v. 11, n. 11, 2015, Presidente Prudente. *Anais do Encontro Toledo de Iniciação Científica Prof. Dr. Sebastião Jorge Chammé. Presidente Prudente: Toledo Prudente Centro Universitário, 2015.* Disponível em:

http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5084. Acesso em: 16 mar. 2022.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. 2009. Licenciatura em Letras-LIBRAS — Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacao DeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

VIEIRA, Claudia Regina; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844179339. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/jm5q3PJ3ttkjZrfwJJyzh7n. Acesso em: 09 nov. 2022.

Diego André Resende Assis

Graduando em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). diegoandre15@hotmail.com

Bruna Stéfanie Pereira

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). brunastefanie16@hotmail.com

Leonara Emanuelle Honório Silva

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). leonaraemanuelle@gmail.com

Erika Fernanda Clark

Fonoaudióloga e Mestre em Ciências Fonoaudiológicas pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (2021).

erika.clark333@gmail.com

Sirley Alves da Silva Carvalho

Professora Titular do Departamento de Fonoaudiologia e orientadora permanente do Programa de Pós Graduação Ciências Fonoaudiológicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

salves.carvalho@gmail.com